

Teatro João Caetano conta sua história

Arini Fernandes de Souza
Graduada em História pela Universidade Gama Filho
arinirj@hotmail.com

RESUMO

Em 1808, com a chegada da Família Real, o Rio de Janeiro sofreu inúmeras mudanças, e é dentro deste contexto de mudanças que o *Real Theatro de São João* irá ganhar força sendo frequentado pela Corte. Os acontecimentos no teatro mostram as características do sistema social e cultural carioca. São manifestações de sociabilidade e cultura do Rio de Janeiro, o primeiro caso podendo ser explicado no momento em que milhares de pessoas se reúnem em um espaço, abrindo margem para discussões públicas; enquanto no segundo temos a presença da cultura europeia para pessoas que até então não tinham conhecimento do que acontecia em outro lugar.

Palavras-chave: Cultura, Teatro, D. João VI

ABSTRACT

In 1808, due to the arrival of the Portuguese Royal Family, Rio de Janeiro underwent innumerable changes, and it is in this context that the Real Theatro de São João shall begin to gain importance, being frequented by the Court. Events at the theater show the characteristics of the Carioca social and cultural life. These represent manifestations of sociability and culture in Rio de Janeiro, in which the former can be explained by the fact that thousands of people congregate in a given space which allows for public debates, and the latter we have an example of European culture being disseminated to people who until then had no prior knowledge of happenings abroad.

Key-words: Culture, Theater, D. João VI

A partir da década de 1730 iniciou-se a construção de teatros nas principais cidades brasileiras, chamados no período colonial de Casa de Óperas, e que eram destinados ao pequeno espetáculo que poderia vir acompanhado de música ou não. Com o anseio de profissionalizar o teatro brasileiro, em 1771 é publicado um alvará declarando que os teatros eram “escolas onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor à pátria, do valor, do zelo e da fidelidade com que devem servir aos seus soberanos.”¹ Além disso, isentava a profissão de ator da infâmia e aconselhava a construção de teatros públicos.

A partir dos fins do século XVIII, essas Casas de Óperas foram substituídas por construções denominadas teatros, abrigando maior número de atores, instrumentistas e espectadores. O primeiro foi o teatro de Boaventura, criado em 1767 na antiga rua da Quitanda do Marisco (atual rua da Alfândega, no Rio de Janeiro); após o seu incêndio criou-se o teatro *O Ópera Nova*, de Manuel Luís, no Largo do Paço. Neste podíamos encontrar frequentadores da aristocracia, como o culto marquês do Lavradio.

O teatro de Manuel Luís, que se tornou de grande importância, funcionou até a vinda da Família Real, quando assumiu o nome de Teatro Régio, deixando de funcionar para servir de alojamento para os empregados do Paço, por ocasião da inauguração do *Real Theatre de São João* em 1813, este o primeiro teatro brasileiro de grande porte.

Quando a Família Real chegou ao Brasil, o Rio de Janeiro começou a passar por uma série de mudanças, e em poucos anos a capital colonial iria se tornar uma cidade de importância nacional. O ambiente cultural da colônia e do Brasil era bastante estagnado e provinciano, e o teatro apenas sobrevivia. As maiores distrações da população consistiam em raras corridas e festas religiosas.

O *O Ópera Nova*, situado no largo do Paço, revelou-se insuficiente para as pretensões dos artistas que se instalavam na cidade e foi fechado pouco tempo depois da chegada da Família Real. Logo a nova Corte ganharia um outro estabelecimento teatral, dessa vez de proporções bem mais avantajadas, já que deveria atender a uma nova classe política e intelectual, quase toda formada por membros das famílias nobres portuguesas, com músicos, atores e compositores que pretendiam encenar aqui os grandes musicais e espetáculos apresentados em Lisboa. Como o pequeno Teatro de Manuel Luiz não comportaria esse ambicioso propósito, cria-se então o *Real Theatre de São João* (hoje *Teatro João Caetano*) integrando-se a um dos mais importantes cenários da história política do país: a Praça Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro, antigo Largo do Rocio.

O teatro surgira como proposta de D. Fernando José de Portugal e Castro, Vice-Rei do Brasil a partir de 1801. Apaixonado pelo teatro, Fernando José de Almeida, cabeleireiro português que chegara ao Rio de Janeiro na comitiva do Vice-Rei Marquês de Aguiar e que enriqueceu rapidamente, conseguindo adquirir, com a ajuda de alguns comerciantes, terras

de D. Beatriz Anna de Vasconcellos, ofereceu-se para construção do novo teatro no terreno adquirido com ajuda de um grupo de acionistas.

O *Real Theatro de São João* foi criado através do Decreto baixado e assinado pelo Príncipe Regente Dom João VI, em 28 de maio de 1810, concedendo isenção alfandegária a todos os materiais necessários à ornamentação e aos costumes, além de autorizar seis loterias em benefício do teatro. Foi construído em terreno pantanoso onde em outros tempos havia uma feira de animais e na construção de seu alicerce foram utilizados materiais destinados à construção da nova Sé e à cantaria de um chafariz do Largo do Capim, como podemos observar no trecho do Decreto abaixo:

Fazendo-se absolutamente necessario nesta Capital que se erija um Theatro decente, e proporcionado á população, e ao maior gráo de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residencia nella, e pela concurrencia de estrangeiros, e de outras pessoas que vêm das extensas Provincias de todos os meus Estados: fui servido encarregar ao Doutor Paulo Fernandes Vianna, do Meu Conselho e Intendente Geral da Policia, do cuidado e diligencia de promover todos os meios para elle se erigir, e conservar sem dispendio das rendas publicas, e sem ser por meio de alguma nova contribuição que grave mais os meus fieis vassallos, a quem antes desejo alliviar de todas ellas; e havendo-me proposto o mesmo Intendente que grande parte dos Meus vassallos residentes nesta Côte me haviam já feito conhecer que por ser esta obra do meu real agrado, e de notoria necessidade, se prestavam de boa vontade e dar-me mais uma prova de seu amor, e distincta fidelidade, concorrendo por meio de acções a fazer o fundo conveniente, principalmente si eu houvesse por bem de tomar o dito Theatro debaixo de minha protecção, e de permittir que com relação ao meu real nome se denominasse Real Theatro de S. João...” “...se dê livre de todos os direitos nas Alfandegas, onde os deve pagar; que se possa servir da pedra de cantaria que existe no resalto, ou muralha do edificio publico que fica contiguo a elle, e que de muitos annos se não tem concluido; e que, depois que entrar a trabalhar, para seu maior aceio, e mais perfeita conservação, se lhe permittirão seis loterias...”²

Por mais de um século a volumetria do teatro constituiria um marco simbólico do Largo do Rocio, dominando a paisagem e enobrecendo o espaço.

Em 12 de outubro de 1813, data natalícia do herdeiro ao trono, D. Pedro de Alcântara, a nova sala de espetáculo foi inaugurada com a presença da Família Real e de toda a Corte.

Terça 12 do corrente, dia felicissimo por ser o natalicio do Serenissimo Senhor D PEDRO DE ALCANTARA, principe da Beira, se fez a primeira representação no Real Thetro de S. João, a qual S. A. R. Foi servido honrar com Sua Real Presença, e a sua Augusta Familia...³

Em sua arquitetura, o *Real Theatro de São João* assemelhava-se ao Teatro de São Carlos de Lisboa, com traçado em estilo neoclássico atribuído ao engenheiro militar Marechal de Campo João Manoel da Silva.

Sua vista frontal dispunha de único andar e no friso via-se escrito a data de 1813 com caracteres romanos. Na frente do edifício havia uma varanda que servira de palco para importantes acontecimentos, foi nela que o público aguardou ansioso a estreia das duas grandes estrelas do teatro europeu em 1885: Eleonora Duse e Sarah Bernhardt, que encenaram respectivamente as peças *Fedora* e *De Sardou*. Esta mesma varanda foi utilizada por D. Pedro I para importantes pronunciamentos políticos, como em 28 de fevereiro de 1821, quando correu na cidade um boato de que D. João VI não queria confirmar o que dispunha a Carta Constitucional e o povo foi às ruas para protestar. D. Pedro foi ao Largo da Rocio e leu na varanda do Teatro Real o decreto ratificando a carta magna.

...Convocada prontamente a Camara á Salla Grande do Real Theatro de S. João, que offercia melhor oportunidade, appareceu Sua Alteza Real o Principe Real do Reino Unido de Portugal, e do Brazil e Algarves, na baranda contígua, e leu em voz alta, segundo as Ordens de SUA Magestade, o Decreto de 24 de Fevereiro, pelo qual o Mesmo Benignissimo Senhor Segurava a Seus ditosos Vassallos do Brazil a Sancção da Constituição, que ora se faz em Portugal, e a sua admissão neste vastissimo Continente, como se vê do Decreto, que do melhor gradocopiamos...⁴

Durante muito tempo o *Real Theatro de São João* foi o maior teatro do Brasil.

Seu primeiro nome foi em homenagem ao príncipe regente, e desde então, o teatro recebeu vários nomes: *Imperial Theatro São Pedro de Alcântara*, em 1826 e em 1839; *Theatro Constitucional*, em 1831; e, finalmente, *Teatro João Caetano*, a partir de 1923. No decorrer de sua história podemos encontrar tragédias e reformas até que, em 26 de junho de 1930 foi inaugurado o prédio atual reconstruído em estilo *art déco* (arquitetura de linhas retas e volumes elementares).

Durante a maior parte do período joanino (1808-1821), espetáculos agitavam o cotidiano da capital do Império Português, transformando-a no centro nervoso da vida social carioca. Espetáculos de qualidade passaram pela praça Tiradentes e seus teatros foram e ainda são de grande importância para a cidade do Rio de Janeiro. No palco do teatro apresentou-se a grande Companhia de Paschoal Segreto, e era lá também que importantes eventos políticos eram realizados, como nos mostra o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*:

Um dos Dias mais plausiveis para o Brazil se hade representar depois de se cantar o Hynno Imperial e Nacional, a apparatusa Peça Maria Thereza. Terminando com o baile: Narcizo Namorado de si mesmo.⁵

Pela descrição que nos faz Henrique Marinho, podemos avaliar a decoração do *Real Theatro de São João*:

nos dias de gala comparecia toda a família real ao teatro, que se mostrava ornado de sedas, de flores e iluminado com arandelas e lustres. Logo que se abriam as cortinas

*encarnadas com franjas de ouro, que fechavam a tribuna, aparecia o príncipe regente acompanhado de toda a sua família. Os camarotes, principalmente os de segunda ordem, eram ocupados pelos fidalgos, que se apresentavam com fardas encarnadas bordadas de ouro e cobertas de condecorações, e as damas com altos toucados, onde resplandeciam pérolas e pedras preciosas. Cortinas de seda, ramos, grinaldas de flores enfeitavam os camarotes... Havia dois panos, um talar e outro de boca: aquele representava a entrada da família real na barra do Rio de Janeiro, as embarcações e fortalezas a salvarem e grande quantidade de botes, canoas e faluas.*⁶

O *Real Theatro de São João* comportava 1200 poltronas, e contava com quatro ordens de camarotes, com 30 camarotes na primeira ordem, 28 na segunda, 28 na terceira e 26 na quarta. Tinha o pano de boca pintado por José Leandro da Costa, representando a esquadra da Família Real entrando na Baía de Guanabara. As pinturas dos tetos eram de João Francisco Muzzi, José Leandro e Francisco Pedro do Amaral e Manuel da Costa.

O primeiro espetáculo realizado no *Real Theatro de São João* foi um drama lírico intitulado *O Juramento dos Numes*, da autoria de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho. A música foi composta por Bernardo José de Sousa e Queirós, compositor do *Real Theatro*, e nos intervalos executavam-se danças. No fim foi apresentada uma peça, *Combate de Vimeiro*.

O drama em questão era o de Sua Alteza Real, D. João, e do povo lusitano. “Numes” eram as divindades mitológicas, como Vênus e Vulcano, que prestavam juramento ao príncipe ameaçado em suas fronteiras pelas “hostes francesas” – o exército de Napoleão, que invadira Portugal em 1807. Recorrendo à Antiguidade clássica, o escritor criou um poema lírico em que os deuses gregos dialogavam sobre os motivos para defender o rei português e seu novo Império nos trópicos, região que ainda viria a ser a “atalaia e farol do mundo inteiro”.

A peça gerou intensos debates e novidade para a população que não estava acostumada a debater em público através da imprensa. A crítica inicial feita pelo redator do jornal *O Patriota*, Manuel Araújo Ferreira afirmava que: “*Este trabalho vem mesmo a ser inútil!*”⁷ O artigo de duas páginas, que saiu na edição de outubro de 1813 do *Patriota*, terminava de forma ácida: “Não mais entreteremos o leitor sobre um drama, que as artes se empenharão em avultar”.

Ao ser exibida a peça, outros jornais da época saudaram o espetáculo definindo-o como magnífico. Segundo o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*

“A iluminação exterior do theatro, ordenada com exquisito gosto, realçava o esplendor do espetáculo. Ella representava as letras J. P. R. Alusivas ao Augusto Nome do PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, cuja Mão Liberal protege as Artes, como fontes perennes da riqueza e da civilização das Nações”.⁸

No ano seguinte, o redator do jornal *O Patriota*, Manoel Araújo Ferreira, defende-se quanto ao artigo em que criticou a peça de inauguração do teatro, alegando que

O Poeta afirma que eu disse ser inútil o trabalho, que tomou na composição do seu Drama. Lea-se o segundo parágrafo da minha censura, e ver-se-ha que este trabalho não pode referir-se senão a fixarmos nossa atenção no seu desempenho, e nenhumamente (aproveitemos este novo adverbio) á composição do Drama, a qual não posso chamar o trabalho de inútil, porque ignoro quaes fossem os seus fins, e quaes as suas vantagens.⁹

Duas companhias ocuparam o *Real Theatro*: uma de canto (sob a direção de Ruscolli) e outra de baile (dirigida por Lacombe). Assiduamente frequentado pela Família Real, foi palco de peças, óperas e danças. Voltado para todas as classes sociais com espetáculos de gala:

Espetáculo em grande gala.

Companhia dramática representará o novo drama portuguez:

GIRALDO SEM SABOR ou uma Noite de Santo Antônio na Praça da Figueira.

Acabando a orquestra executará a valsa e depois as Hamadrias.¹⁰

Posterior à chegada da Corte no Rio de Janeiro, o movimento operístico conhece uma expansão sendo utilizado na comemoração de fatos políticos e sociais importantes e também nos eventos ligados à Família Real.

Pelos anúncios do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* observa-se que as sessões teatrais eram sempre constantes e muito variadas, com peças dramáticas, música, danças, entre outros. A ópera também estava presente, com a *Cenerentola*, de Rossini, e a *Caçada de Henrique IV*, de Puccitta, e quando não havia óperas no espaço teatral, a *Gazeta do Rio de Janeiro* punha um comunicado à sociedade.¹¹

Embora os espetáculos realizados no teatro fossem grandiosos, era nas datas memoráveis relacionadas à Família Real que os cuidados eram maiores. O casamento de D. Pedro com D. Leopoldina foi festejado com o “drama por música” *Coriolano* e, nos intervalos deste, um baile. O pintor Jean-Baptiste Debret fez um quadro alusivo aos desposórios.

Em 25 de março de 1824, após o juramento da primeira Constituição, realizada com a presença de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina, e o término da representação do drama sacro *Vida de Santo Hermenegildo*, o teatro incendiou-se. O ator Antonio da Bahia, que havia feito o papel do santo, ao tentar saltar do balancim em que estava erguido para o tablado, impeliu-se de encontro a um pano pintado com aguarrás; o pano encostou-se às luzes ocorrendo um incêndio. O fogo alastrou-se por todo o edifício e o teatro ficou reduzido a quatro paredes com ruínas no centro de onde saíam labaredas.

O incêndio do teatro fez com que a população acreditasse ser um castigo divino por terem sido usadas as pedras de cantarias destinadas às obras da Igreja da Sé: “como a Catedral prevista jamais se concretizou naquele local, o povo atribuiu o incêndio ao desvio do material de construção de uso sagrado para outro profano”.¹²

Seu proprietário, Fernando José de Almeida, conseguiu um empréstimo com o Banco do Brasil, estabelecendo acionistas de camarotes e obtendo a concessão de algumas loterias

para fazer a reconstrução do teatro. Em 15 de setembro de 1824 Fernando José de Almeida consegue permissão de D. Pedro para mudar o nome do teatro que passa a se chamar *Theatro de São Pedro de Alcântara*.

*...Atendendo ao que Me representou o coronel Fernando Jose de almeida, pedindo-me a permissão de dar ao Theatro, de que é proprietario, e que actualmente esta reedificando, o titulo de Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara: Hei por bem conceder-lhe a referida permissão para que tenha o mesmo Theatro d'ora em diante o referido titulo...*¹³

A reinauguração, com o nome de *Theatro de São Pedro de Alcântara*, ocorreu em 26 de janeiro de 1826 com a comédia *Roberto chefe de ladrões*, para festejar a data natalícia da Imperatriz D. Leopoldina, sendo fechado em seguida para finalização da reforma. Foi reaberto em 04 de abril do mesmo ano.

Durante as obras de reconstrução do teatro, foi preparado em um salão da frente, junto à varanda, o *Theatrinho Constitucional*, inaugurado em 01 de dezembro de 1824 com a festa de coroação e a sagração de D. Pedro I. O espaço se transformou em salão de concertos líricos. Constava de um pequeno palco, 24 camarotes distribuídos em duas ordens e uma plateia para 160 pessoas.

O *Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara* conservou todas as características do *Real Theatro de São João*. O teatro possuía 100 camarotes, distribuídos em quatro ordens, com capacidade para umas 300 pessoas, separadas por um gradil dourado da plateia que acomodava aproximadamente 600 espectadores. Ao centro ficava o camarote imperial, ornado com o brasão do império. A iluminação era feita por 220 velas de cera, resguardadas em mangas de vidro, e no camarote imperial, havia um grande lustre e várias arandelas, enquanto do teto não pendia nenhum candelabro. O edifício era bastante arejado, atendendo aos rigores do clima. À entrada havia um *buffet*.

A partir de 1826, o teatro fora hipotecado ao Banco do Brasil. Em 1829, após a morte de Fernando José de Almeida (o primeiro proprietário do *Real Theatro de São João*) e na qualidade de seu maior credor, o Banco do Brasil requereu e obteve o prédio em pagamento das dívidas contraídas pelo falecido. Para liquidação total da dívida, o Banco do Brasil, em 1838, levou o imóvel à praça, sendo arrematado por Manuel Maria Bregaro e Joaquim Valério Tavares, que formaram uma sociedade de ações, composta por 40 acionistas, um dos quais, o ator João Caetano dos Santos.

A casa de espetáculos em 03 de maio de 1831, passou a chamar-se *Theatro Constitucional Fluminense*. Em setembro de 1831, o *Theatro Constitucional Fluminense* foi fechado sendo reaberto em 02 de dezembro desse mesmo ano, com a representação do drama em cinco atos “O aldeão magistrado”, para a comemoração do sexto aniversário de Pedro II.

Segundo Silvia Garcia em sua obra, o fechamento ocorreu devido a um motim, no teatro, na hora de um espetáculo, quando da plateia se ouviu um “Viva a República”, logo

seguido por “Viva D Pedro II” gritado por todos. O teatro naquele momento tornou-se motivo de inquietação para os poderes constituídos.

O fechamento foi por consequência deste evento e em 29 de novembro de 1831 baixou-se um decreto determinando que

...ninguém deste teatro poderá dirigir em vozes altas palavras ou gritos a quem quer que for, exceto aos atores os de bravo caput ou fora, e neste mesmo caso poderá o juiz impor silêncio quando seja perturbada a tranquilidade do espetáculo os infratores serão multados em 6 a 10 \$000, penas impostas no art. 7º da lei de 26 de outubro do corrente, contra os que fizerem motim, assuada ou tumulto quando a desordem chegar a tomar esse caráter.¹⁴

Em outubro de 1838, o *Theatro Constitucional Fluminense* é novamente fechado para ser reformado e pintado, reabrindo em 7 de setembro do ano seguinte, novamente com o nome *Theatro de São Pedro de Alcântara*, apresentando a peça *Olgiato*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia.

Todas as peças apresentadas no teatro deveriam ser supervisionadas por uma comissão técnica do Conservatório Dramático Brasileiro antes de serem ensaiadas e encenadas; no dia 7 de novembro de 1839 o Conselheiro Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí, recebeu uma carta que lhe fora enviada do Paço Imperial para fazer parte desta comissão fiscalizadora,

...a fim de que não apareçam em cena assuntos, nem mesmo expressões menos conformes com o decoro, os costumes e as atenções, que em todas as ocasiões devem guardar, e maiormente naquelas em que a Imperial Família honrar, com sua presença o espetáculo: o regente em nome do Imperador o Sr D. Pedro II, Há por bem estabelecer a referida comissão, a qual é composta de V. Exa e do Cônego Januario da Cunha Barbosa, esperando do patriotismo de V. Exa que não hesitará em concorrer, por mais esta ocasião, com suas luzes para a civilização do País, prestando-se ao serviço que fica indicado.¹⁵

Essa fiscalização já vinha acontecendo desde 1824 e quem ficava encarregado deste assunto era o Intendente de Polícia.

Em 1843, o teatro foi arrendado por João Caetano dos Santos, que passou a dar seus espetáculos ali, tornando-se a mais importante figura do teatro brasileiro do século XIX. Foi um ator brilhante em tempos em que os espetáculos brasileiros eram traduzidos de peças teatrais portuguesas. Em 1833, João Caetano montou uma Companhia de atores nacionais, e cinco anos depois recebeu medalha de bronze consagrando-o como o ‘talma brasileiro’, equiparando-o a um ator de linhagem clássica.

“O São Pedro lhe foi cedido, junto a uma subvenção de primeiro, dois contos de réis ao mês, depois três, mais tarde quatro”¹⁶ Ali reinou sobre uma plateia numerosa e de alta classe.

João Caetano trouxe aos palcos do teatro peças nacionais em tempos em que as críticas teatrais eram em tons de lamentos por uma dramaturgia nacional.

*...Não há teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se apresenta. As cenas teatrais deste país viveram sempre de tradições, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau de decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas recebera se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores.*¹⁷

Machado de Assis escreveu esta crítica no momento em que ocorreu a explosão do teatro brasileiro no Rio de Janeiro.

No período do Segundo Reinado (1850-1889), o teatro continuou a ser um dos mais frequentados com variados espetáculos, como nos mostra o *Diário do Rio de Janeiro* no dia 28 de agosto de 1852 “...Amanhã quinta-feira 26 do corrente haverá neste teatro uma variedade de espetáculo que será anunciada pelos jornais e cartazes do dia...”¹⁸ As novidades eram logo introduzidas no principal teatro da cidade, além das peças teatrais a sociedade era beneficiada com grandes festas em benefício de alguns artistas.

Na madrugada de 9 de agosto de 1851, após a peça *O Captivo de Fez*, o prédio sofreu o segundo incêndio. Este incêndio foi noticiado pelos jornais da época com tom de lamento.

Pela segunda vez que lamentar a desgraça do Teatro de S. Pedro de Alcantâra. Na madrugada de hontem, a do corrente foi esse edificio em poucas horas reduzido a cinzas, e com tal rapidez o fogo lavrou que nada se pôde salvar.

*Terminada a representação na noite anterior, que durou até uma hora, q quando já todos haviam se retirado e fechado as portas, descobriu a sentinella da guarda do thesouro, pelas três horas da madrugada, que no teatro havia fogo, e passando logo a dar o alarme, que foi seguido pelos sinos das diferentes igrejas...*¹⁹

Após o incêndio, ator João Caetano resolveu reconstruir o teatro com características nacionais, estabelecendo acionistas de camarotes e cadeiras por 400 réditas a fim de obter fundos para as obras.

Depois de grandes despesas de trabalhos, reabriu o *Theatro de São Pedro de Alcântara* em 18 de agosto de 1852 com grande festa, levando à cena o drama *O livro negro*, de Leon Gazlan: “Hoje quarta-feira, 18 de agosto de 1852, terá lugar a abertura do teatro, com o espetáculo anunciado de SS. MM. N – O Livro Negro”²⁰

O teatro foi ornado pelos artistas Olivier e Hosxe, tendo-se encarregado da pintura o cenógrafo Joaquim Lopes de Barros Cabral. Modificações visíveis poderiam ser vistas no teatro; nas duas ordens superiores dos camarotes ocorreu um recuo dando forma de anfiteatro, facultando a vista de alto a baixo. Tinham uma varanda arqueada com molduras douradas forradas nos encostos de veludo carmesim. A decoração da sala era feita em branco e ouro. O arco do proscênio foi estreitado. A tribuna imperial ganhara espelhos e foi forrada de damasco, além de ser rica em ouro. Na sala havia um lustre e oito candelabros laterais.

Em 1855 o teatro se torna propriedade do Banco Industrial. Mais tarde passou para as mãos do Conde de Santa Marinha, em virtude do ajuste feito com o Governo Federal.

No ano de 1856, um crítico do jornal o *Diário do Rio de Janeiro* faz uma crítica à peça *A Casa Maldita*:

*O theatro de S. Pedro de Alcantâra não está tão maldito pelos praguementos, que não nos tenha podido dar; (atravez de sacrificios e embarços) duas peças novas em menos de um mez. No domingo teve a representação do drama 'A Casa Maldita'. O drama agradou e muito.*²¹

No dia 26 de janeiro do mesmo ano foi apresentado o espetáculo em benefício da atriz Isabel Maria Nunes, com a representação do drama de Mendes Leal, “D. Maria de Alencastro” e a “reentrada do actor Martinho Correa Vasques em seu ultimo espetaculo antes do carnaval: O fantasma Ba(borão)o.”²²

Na madrugada do dia seguinte, quatro anos depois do segundo incêndio e após tanta despesa e trabalho, quando já estavam quase findas as récitas dos acionistas, novo incêndio consumiu o São Pedro de Alcântara, só restando de pé as laterais do teatro.

*Pela terceira vez caba de ser consumido pelas chamas Theatro de S. Pedro de Alcantara. Esse lindo theatro, que com a elegancia do bom gosto havia, quasi por um milagre, renascido como a Phenix do incendio que o devorára em Agosto de 1851, mal estando satisfeitos ainda os empenhos contrabidos para sua reconstrução, foi de novo victima igual fatalidade. Dele existem apenas as suas denegridas paredes...*²³

Henrique Marinho também nos faz um relato deste incêndio:

*às 3 e meia da manhã a sentinela do tesouro viu fogo no teatro de São Pedro e imediatamente deu rebato. O incêndio começou a lavar com violência. Quando a igreja de Santa Ana deu o sinal, que sucessivamente foi repetido por todas as igrejas, já as labaredas do abrado teatro iluminavam a cidade. O clarão era tão intenso que poucos deixaram de assustar-se supondo o incêndio a poucos passos de si. Era um clarão sinistro. Apesar da chuva que começara a cair desde as 4 horas, toda a cidade ergueu-se e a Praça da Constituição e as ruas adjacentes ao malfadado edificio ficaram cheias de povo.*²⁴

*... Acudiram ao incêndio o Sr. Ministro de estrangeiros (que, como se sabe, tem estudos de engenharia e marinha), e com S. Ex.os Srs. Chefe de policia, comandante de permanentes, inspecto de arsenal de marinha, director de guerra, almirantes francez e inglez, com as bombas e a parte da guarnição dos seus navios; apresentou-se igualmente uma força de duzentos imperiaes marinheiros, e grande concurso de espectadores...*²⁵

Não foi possível debelar o incêndio, que reduziu o teatro a quatro paredes coberta de cinzas.

A população ficou aterrorizada com aquele espetáculo que, no espaço de 32 anos, se repetia pela terceira vez - seria um incêndio, um castigo, uma fatalidade, um atentado, um

crime? Ninguém sabia. O *Jornal do Commercio* em seu artigo sobre o incêndio faz alusão à maldição que corria na boca do povo: “Malfadada há de ser o teatro que tomou para si as pedras do Santíssimo”.²⁶

Desapareceram os dramas de Camões, D. João de Marana e Milagres de Santo Antônio, no valor de mais de 26.000\$. Todos os cenários ficaram reduzidos a pó.

Como consequência desta tragédia, o governo cria o Corpo Provisório de Bombeiros, muito precário mais que atendia aos constantes incêndios que aconteciam na cidade.

A fatalidade não conseguiu abater o ânimo de João Caetano, que resolveu reedificar o teatro. Empenhando seus trabalhos por doze anos, conseguiu acionistas com o gozo de camarotes por aquele tempo.

Iniciadas as obras, o ator José Romualdo foi encarregado de administrar o trabalho e em nove meses o teatro ressurgia mais uma vez.

No dia 03 de janeiro de 1857, apresentando novas modificações, o *Theatro de São Pedro de Alcântara* apresentou o drama *Affonso Pietro* e o vaudeville *Ketly ou A volta à Suíça*.

A propósito da reconstrução do teatro, o *Jornal do Commercio* comentava em 1857:

*...o teatro com efeito corresponde à expectativa de todos. Ornado com simplicidade e elegância, todo branco com flores de ouro, forrados os seus camarotes de papel azul e branco fabricado no país, apresenta algumas inovações muito bem entendidas. O fundo dos camarotes tem a forma circular aconselhada pelas leis da acústica; a quarta ordem apresenta um avarandado de muito bom gosto, a abóbada do forro em vez de começar na linha em que terminam os camarotes, começa na linha em que estes principiam, e assim erguendo-se o forro, dá a essa quarta ordem uma elevação que perfeitamente contrasta com o acachapado das nossas torrinas. Reduzindo a menores proporções a tribuna imperial, o construtor do teatro ganhou espaço para mais dois camarotes em cada ordem, ao mesmo tempo que estabelecendo a orquestra no vão por baixo do arco do proscênio, deu mais extensão ao espaço destinado às cadeiras.*²⁷

Desde sua criação, o teatro *São Pedro* passou por inúmeras reformas. Em janeiro de 1885 registra-se a troca de iluminação, passando a ser iluminado a gás. Esta troca foi dirigida por um funcionário da Companhia do Gás, e três meses depois um colunista do jornal *O Paíz* relata que

a impressão recebida pelo público foi a mais favorável, e realmente, nas suas atuais condições, o Teatro São Pedro de Alcântara poucos rivais ou superiores encontrará na Europa... Em resumo, o Teatro São Pedro de Alcântara, externa e internamente, constitui hoje um monumento de arte digno desta capital, pelo que ainda uma vez felicitamos aos dignos diretores do Banco Industrial e Mercantil, a quem coube a iniciativa desse melhoramento nacional”.²⁸

A arquitetura do teatro era bastante elogiada, no entanto em se tratando de condições técnicas, a acústica do teatro era muito criticada, “a ressonância é nula e o teto – horizontal,

sem ventilação – torna o teatro dentro de poucos minutos, pelo efeito de rarefação do ar, tão surdo quanto deve ser uma sala em que presidiram, na construção, as regras estabelecidas pela ciência moderna.”²⁹

Também eram alvo de críticas as pinturas do teto do teatro, noticiadas nos jornais da época.

*E de todas as obras decorativas sentimos ter de analisar uma só exceção referente ao teto e à sua pintura, que realmente não guardam harmonia com o resto das decorações.*³⁰

*Hão de dizer que tudo quanto se pode fazer não em obra nova, mas em prédio que se reforma, foi feito no teatro; que as escadarias são largas e cômodas; que os dois panos de boca, devidos a Rossi são admiráveis, mas não dirão, isso nunca, que é excelente a pintura com que tanto se honra o Sr. L. De Wilde. O melhor é fazer coisa nova. Um pouco de esponja embebida em água, e está tudo acabado.*³¹

Também em 1885 foi criado um salão de concertos. O jornal *O País* nos mostra que as condições da nova sala deixaram muito a desejar, sendo a audição muito ruim tanto pela má disposição do salão quanto pela passagem de bondes que transitavam pela praça Tiradentes.

No *São Pedro de Alcântara* estrearam as principais peças de Martins Pena, o primeiro autor brasileiro a escrever sobre situações e personagens tipicamente nacionais.

Em 1894, um circo estreava no principal teatro da cidade do Rio de Janeiro e foi assim anunciado pelo jornal *O Paiz*: “O teatro S. Pedro de Alcântara transformar-se-á ...em circo”. A estreia foi mencionada por Arthur Azevedo, que, mesmo não tendo assistido, escreveu na primeira página do jornal: “Espero que a companhia equestre do S. Pedro de Alcântara venha consolar definitivamente o Zé-povinho, que é doido por peloticas, e dá mais apreço a Rosita de La Plata que à própria Sarah Bernhardt”³²

No dia seguinte Arthur Azevedo, sob o pseudônimo de Gavroche, escreve um artigo sobre o comportamento do público ao assistir o espetáculo: “No S. Pedro, Tal vozeria, Me ensurdecia, Que parecia, Que aquela gente indômita e bravía, Não assistia, A estreia de uma equestre, companhia, Mas alguma comédia via e ouvia!”³³

Os artistas circenses aliavam acrobacia com representação teatral, dança, música ao vivo, tecnologias que mexiam com a cenografia, coreografia, figurinos, maquiagens e iluminação. Os atores eram vistos por todos os lados, ocupando todos os espaços cênicos.

A Companhia circense foi tão aplaudida por toda sociedade carioca que quatro anos mais tarde Arthur Azevedo relatava que

*no velho São Pedro, transformado de novo em circo de cavalinhos, está uma companhia equestre dirigida pelo popular Frank Brown e da qual faz parte a famosa Rosita de La Plata. Ainda lá não fui. Pelo que tenho ouvido, as opiniões dividem-se: dizem uns que a companhia é muito boa e outros que não presta para nada. Não sei. O leitor vá ao São Pedro julgar por si.*³⁴

Seis meses depois, um novo circo ocupou o teatro *São Pedro*. Tratava-se do Circo Sulamericano, sob direção de Anchyses Pery. A recepção da imprensa foi mais calorosa por ser “organizada quase exclusivamente com elementos nacionais, agradou mais e promete uma série de representações mais frutuosas que as últimas companhias estrangeiras que têm funcionado naquele teatro”.³⁵ O Circo Sulamericano trazia grandes novidades para a programação com números executados como os equestres, saltos e acrobacias. Nos intervalos, tocando no saguão do teatro, bandas de música do corpo de Infantaria da Marinha e do 1º Batalhão de Infantaria do Exército.

A atração de maior destaque do Circo Sulamericano eram as pantomimas. Foi a pantomima aquática, apresentada pela primeira vez no *Teatro São Pedro de Alcântara*, que mexeu com a atenção da crônica e do público, provocando mudanças em todo o palco do São Pedro, exigindo uma montagem e instalação de cenário e iluminação, além de uma produção mais elaborada dos figurinos e músicas. No dia seguinte à estreia da pantomima aquática, a coluna Artes e Artista, forneceu detalhes da montagem e da atração do público:

*Anteontem foi uma verdadeira maravilha a, aliás, conhecidíssima pantomima aquática, tal o efeito deslumbrante produzido pela quantidade de lâmpadas de variadas cores, que iluminaram a ponte colocada em toda a largura. Não menos contribuiu para o alto brilho de execução técnica o fogo de artifício e, sendo tudo uma deliciosa surpresa, os espectadores não prodigalizaram aplausos aos artistas e especialmente a Anchyses Pery, que não olhou o sacrifício para levar à cena a célebre pantomima (...).*³⁶

Mais uma vez o *João Caetano* se mostra de modo diversificado, desta vez, como palco do teatro realiza um pregão em maio de 1890. O Banco Bradesco realizou um leilão com mais de 150 imóveis, e devido à grande procura o leiloeiro realizou o pregão no *Teatro João Caetano*, na época o único com lugar para 1.500 pessoas sentadas.

Em 14 de junho de 1898, por escritura pública passada no Cartório do Tabelião Evaristo, o Banco do Brasil, mais uma vez, passou a ser o proprietário do imóvel, por permuta feita com o Conde de Santa Marinha, Comendador Antônio Teixeira Rodrigues, e sua esposa.

O *Theatro de São Pedro de Alcântara* foi remodelado em dezembro de 1916, custando mais de 300 contos ao Banco do Brasil, obra executada sob a direção do Dr. Silveira da Mota, engenheiro daquela instituição de crédito. Encarregaram-se das obras a firma construtora Andrade Lima & Cia.; da decoração, os Irmãos Timóteo; da iluminação e dos aparelhos elétricos, F. R. Moreira & Cia. Neste mesmo ano foi levada para a porta do teatro uma estátua de João Caetano (criada em 3 de maio de 1891 e posta em frente à Academia de Belas artes). A estátua representa uma cena de *Oscar, Filho de Ossian* encenado pelo ator, que marcou para sempre sua trajetória.

Em 22 de dezembro de 1920, um século após sua inauguração, a Prefeitura do Distrito Federal compra o *Teatro São Pedro* do Banco do Brasil, com escritura lavrada em Notas do 18º. Ofício, Cartório do Tabelião Álvaro Borgerth Teixeira, no Livro nº. 23, folhas 2.

O *Teatro São Pedro* possuía então amplos camarotes, sala espaçosa e acolhedora e dependências internas magníficas, com acústica perfeita.

Em 24 de agosto de 1923, por Decreto nº.1891 do Prefeito Alaor Prata, mudou o nome para *Teatro João Caetano*.

O último espetáculo do “velho” teatro foi produzido pela Companhia Margarida Max, em 15 de junho de 1928.

Em 1928, o São Pedro necessitava de reformas de conservação. Foi então que o Prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior, contratou a empresa Gusmão, Dourado & Baldassini para a execução das obras e, confiado na alta sabedoria dos seus engenheiros de obras, determinou a demolição do São Pedro.

A inauguração do novo prédio deu-se no dia 26 de junho de 1930 com o nome de *Teatro João Caetano* com o espetáculo *Rose-Marie*, opereta de O. Hammerstein e Rudolf Friml pertencente a uma companhia francesa.

O teatro comportava 1.800 pessoas; 3 tribunas – para o Presidente da República, Prefeito e Conselho Municipal –, 28 frisas, 26 camarotes, 650 poltronas, 260 balcões, 480 galerias, e 200 lugares para espectadores.

A nova arquitetura do teatro sofreu inúmeras críticas por ter sido um dos marcos da cultura carioca, ademais o novo espaço teatral sofreu uma redução não comportando o número de espectadores de antes. Entretanto, a população se encontrava dividida entre a fachada do teatro dos tempos de D. João e a atual. O antigo *São João* ainda se encontrava muito presente no imaginário social.

Nas décadas de 40 e 50, o *João Caetano* abrigou espetáculos populares do teatro de revista, com grandes vedetes da época. No palco do teatro também passou a grandiosa atriz Carmem Miranda na década de 30 com o espetáculo *Vai dar o que falar*. Na década de 50 realizavam-se no *Teatro João Caetano* concursos de músicas carnavalescas, com participação de todos os monstros sagrados da música popular da época, com o prêmio sendo entregue pelo Prefeito da Cidade em pessoa; o Programa César de Alencar, da Rádio Nacional, era transmitido ao vivo do *Teatro João Caetano*, além das festas que eram realizadas para comemorar o aniversário de Emilinha Borba.

Foi no *Teatro João Caetano*, que aconteceram grandes montagens de musicais como *My fair Lady*, em 1962, com Bibi Ferreira e Paulo Autran, e *Hello Dolly* com a mesma dupla em 1965.

O teatro passou por nova remodelação em maio 1978 se mantendo fechado por um período de 10 meses. Dessa reforma participaram o arquiteto Rafael Peres, responsável pelo atual projeto do prédio; Fernando Pamplona, na parte cênica de iluminação e mecânica do palco; o engenheiro Roberto Thompson, instalando o sistema acústico; e a supervisão do engenheiro Carlos Lafayette, diretor técnico da Fundação Estadual de teatros do Rio de Janeiro (Funterj).

Em 11 de março de 1979 foi reinaugurado com a comédia musical *O Rei de Ramos*, de Dias Gomes, com Paulo Gracindo.

Após a reforma, pode-se ver a fachada externa revestida de mármore e vidro fumê. Na época de sua reforma, o teatro passou a ser um dos mais modernos com instalação acústica e sistema de iluminação de tecnologia avançada. Possuía 1.222 lugares distribuídos por plateia e dois balcões, o *hall* de entrada ganhou piso de mármore e paredes revestidas de aço com espelhos, na plateia as poltronas foram forradas de napa bege e as paredes recobertas de madeira. No *foyer* do segundo andar se encontram dois painéis de Di Cavalcanti.

Sucessos como *Campeões do Mundo* em 1980; *Vidigal* em 1981; *Evita* em 1982; *Bente* em 1983; *Vargas*, com Paulo Gracindo e Grande Otelo, em 1984; *O Corsário do Rei*, um musical de Augusto Boal, em 1986, também fazem parte da história do *Teatro João Caetano*.

Em 1992, o teatro sofreu novas reformas sendo reinaugurado com o espetáculo *A Floresta Amazônica em Sonho de uma noite de Verão*, baseado na peça de Shakespeare e dirigido pelo alemão Werner Herzog, estrelado e produzido pela atriz Lucélia Santos.

Em 1993, Fernanda Montenegro encena o espetáculo *Gilda*. No ano seguinte é realizado o espetáculo *As Primícias*; em 1995 e 1996 *Bibi in Concert I e II*, respectivamente; em 1997, *Pérgles*, *Príncipe do Tiro* e *Roque Santeiro*; em 1998, *Abre Alas*, peça em homenagem aos 150 anos de Chiquinha Gonzaga, com Rosamaria Murtinho.

Apresentações de *ballets* internacionais, como Stomp, Bill T. Jones e nacionais, como Déborah Colker, também puderam ser vistas no palco do João Caetano.

Grandes nomes da música popular contemporânea como: Titãs, Milton Nascimento, Roberto Carlos, Rita Lee, Gilberto Gil, Paulinho da Viola e Luiz Gonzaga, cantaram no teatro. Damos destaque também para os humoristas como Chico Anysio, Jô Soares, Costinha, Colé, Grande Otelo e Ary Toledo que representaram no Teatro João Caetano.

Como projeto social damos destaque ao Projeto Seis e Meia, que teve seu início em 1976, apresentando de segunda a sexta-feira, às 18:30h, grandes eventos a preços populares. O espaço apresentou também a reformulação da série musical dos anos 1980. A Secretaria de Cultura utilizou o monumento para promover o “Quartas Cariocas”, que contou com a participação de grandes compositores e cantores da música popular brasileira.

Pelo palco do *Teatro João Caetano*, o mais antigo do Rio de Janeiro, têm sido encenados os mais variados gêneros de espetáculos demonstrando o aspecto cultural e político de toda sociedade.

Em sua última reforma, feita em 2008, o teatro *João Caetano* ficou com suas portas fechadas durante dois meses; a casa de espetáculos ganhou cara nova, poltronas e carpete foram trocados, a iluminação destaca dois painéis pintados por Di Cavalcanti. O *Teatro João Caetano* reabre ao público com o espetáculo *Um conto de Natal*, um presente dos bailarinos do *Teatro Municipal* do Rio aos cariocas, nesse fim de ano.

No dia 13 de outubro de 2009, o *Teatro João Caetano*, criado pelo Príncipe D. João VI, completa 196 anos de espetáculos grandiosos, e sendo considerado até os dias atuais um dos maiores teatros do Rio de Janeiro, marco da praça Tiradentes.

Notas

¹ Alvará de 17 de julho de 1771

² Decreto de 28 de maio de 1810

³ Gazeta do Rio de Janeiro. 16 de outubro de 1813

⁴ Gazeta do Rio de Janeiro. 28 de fevereiro de 1821

⁵ A Gazeta do Rio de Janeiro. 9 de janeiro de 1824.

⁶ MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro; alguns apontamentos para sua história*. P. 20

⁷ Jornal O Patriota. Outubro de 1813. P. 92

⁸ A Gazeta do Rio de Janeiro. 16 de outubro de 1813.

⁹ Jornal O Patriota. Janeiro e Fevereiro de 1814. P. 65

¹⁰ O Diário de Rio de Janeiro. 3 de setembro de 1852.

¹¹ A Gazeta do Rio de Janeiro. 10 de junho de 1821.

¹² Lima, Evelyn Furquim Werneck. *Arquitetura do espetáculo*. P. 52

¹³ Decreto de 15 de setembro de 1824

¹⁴ SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio*. P. 50

¹⁵ SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio*. P. 139

¹⁶ *O Teatro através da História*. P. 74

¹⁷ SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio*. P. 21

¹⁸ Jornal O Paiz. Quinta-feira, 30 de agosto de 1893. P. 6

¹⁹ Jornal O Diário do Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1851. P. 3

²⁰ Jornal O Diário do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1852. P. 4

²¹ Jornal O Diário do Rio de Janeiro. 17 de janeiro de 1856. P. 2

²² Jornal do Comércio. 26 de janeiro de 1856. P. 6

²³ Jornal do Comércio. 27 de janeiro de 1856. P. 1

²⁴ MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro; alguns apontamentos para a sua história*. P. 63

²⁵ Jornal do Comércio. 27 de janeiro de 1856. P. 1

²⁶ Jornal do Comércio. 27 de janeiro de 1856. P. 1

²⁷ Jornal do Comércio. 3 de março de 1857. P. 3

²⁸ Jornal O Paiz. 26 de abril de 1888. P. 2

²⁹ Jornal O Paiz. 12 de dezembro de 1885. P. 1

³⁰ Jornal O Paiz. 18 de dezembro de 1884. P. 2

³¹ Gazeta da Tarde. 19 de fevereiro de 1885. P. 3

³² Jornal O Paiz. 28 de abril de 1894. P. 1

³³ Jornal O Paiz. 29 de abril de 1894. P. 1

³⁴ Jornal A Notícia. 30 de junho de 1898. P. 1

³⁵ Jornal O Paiz. 4 de dezembro de 1899. P. 1

³⁶ Jornal O Paiz. 24 de dezembro de 1899.

Bibliografia

AUGUSTO, Maurício. *Meu velho Rio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Educação e Cultura.

BARROS, Orlando de. "A cultura no Brasil imperial, panorama e interpretação". in: *Cadernos do departamento de história*, nº 1. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

BITTENCOURT, José Neves. "Iluminando a colônia para a corte". in: *Anais do seminário internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade – da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

CARVALHO, Gabriela. LACOMBE, Cláudia. *A aventura do concreto no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SNIC, 2003.

- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- FREIRE, Vanda Lima Bellard. *A música no tempo de d. João VI*. In Anais do seminário internacional "D. João VI: um rei aclamado na América." Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
- GARCIA, Silvania. *Odisseia do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Senac, 2002
- HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil da colônia à regência*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- LIMA, Evelyn F. W. *Arquitetura do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Universidade federal do Rio de Janeiro, 2000.
- MAGALDI, Sábado. *Panorama do teatro brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1996.
- MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro, alguns apontamentos para a sua história*. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.
- OLIVEIRA, Roberta. *Praça Tiradentes, "não te esqueças de mim"*. Rio de Janeiro: Relume, 2000.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A arquitetura na cidade do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*. In Anais do seminário internacional "D. João VI: um rei aclamado na América." Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
- PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do Teatro Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SOUZA, J. Galante de. *O Teatro no Brasil. Tomo I*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1960.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio. Teatro e tensões culturais na corte*. Rio de Janeiro: Unicamp, 2000.

Qq

